

políticas de deslocamentos populacionais no primeiro governo Vargas: nacionalismo, intervencionismo estatal e construção da nação e da nacionalidade*

population displacements policies in the first Vargas government: nationalism, state interventionism and the building of nation and nationality

Julio Cesar Zorzenon Costa**

Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, São Paulo, Brasil

RESUMO

No primeiro governo Vargas (1930-1945), os deslocamentos populacionais foram utilizados como um importante elemento na estratégia política e econômica de integração do mercado interno brasileiro. Esse governo foi paulatinamente criando uma política voltada a controlar e dirigir os movimentos populacionais a objetivos definidos, vinculados à busca do desenvolvimento econômico. Apesar do caráter processual da formulação da política de deslocamentos populacionais, é possível perceber alguns elementos que estiveram na base de sua constituição. Dentre esses elementos, encontram-se a forte influência do nacionalismo e a preocupação com a construção da nacionalidade brasileira.

Palavras-chave: Deslocamentos populacionais. Desenvolvimento econômico. Mercado interno. Nacionalismo. Primeiro governo Vargas.

ABSTRACT

In the first Vargas government (1930-1945), the population displacements were used as an important element in the political and economic strategy for the integration of the Brazilian domestic market. This government has gradually created a policy aimed at controlling and directing population movements to defined objectives, linked to the pursuit of economic development. Despite the procedural nature of the formulation of population displacement policy, you can see some elements which formed the basis of its constitution. Among these elements are the strong influence of nationalism and the concern for the construction of Brazilian nationality.

Keywords: Population shifts. Economic development. Domestic market. Nationalism. First Vargas government.

* Submetido: 11 de setembro de 2018; aceito: 18 de fevereiro de 2019.

** Professor adjunto da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo, Campus Osasco. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. E-mail: jczorzenon@uol.com.br

Introdução

A integração do mercado interno brasileiro fazia parte dos principais objetivos do primeiro governo Vargas. Tal objetivo colaborava para legitimar a ação intervencionista que se procurava imprimir em relação à economia brasileira por meio de uma série de instituições estatais, criadas por esse mesmo governo. Acreditava-se, nesse governo, que a expansão e a integração do mercado interno brasileiro, incluindo o mercado de trabalho, eram as formas privilegiadas para se alcançar o desenvolvimento econômico que, naquele momento, era identificado com a industrialização.

Nessa empreitada, os deslocamentos populacionais tiveram importância significativa pelo simples fato de que a construção de um mercado interno, bem como a sua integração, dependia de pessoas. De pessoas que estabelecessem relações econômicas num espaço mais amplo, de características nacionais. Assim, pode-se inferir que a formulação de políticas relativas aos deslocamentos populacionais assumiu, durante o primeiro governo Vargas, um papel verdadeiramente estratégico.

É importante ressaltar que, antes da década de 1930, o território brasileiro já havia sido palco de diversos processos internos de deslocamentos populacionais. Exemplos disso podem ser encontrados nas atividades de criação e comercialização do gado iniciadas no Nordeste, a partir dos séculos XVI e XVII, em conjunto com a economia açucareira, e desenvolvidas, posteriormente, em outras regiões. No início, auge e declínio da mineração, durante o século XVIII. Pelas iniciativas de colonização estrangeira nas regiões de fronteiras, que foram intensificadas no século XIX, logo após a Independência brasileira. Nas diferentes experiências, ao longo da história, de ocupação da Amazônia e, ainda, nos deslocamentos provocados pelas grandes secas, das quais se destacam as de 1877 e 1915. Esses deslocamentos tiveram, também, grande importância na formação do mercado interno brasileiro, assim como para a construção da nação e da nacionalidade brasileiras. O que, no entanto, singulariza o período do primeiro governo Vargas foi, como procuraremos argumentar neste trabalho, o fato de que esse governo atuou, intencionalmente, para formular uma política voltada a controlar os movimentos populacionais e dirigi-los a objetivos definidos, vinculados à busca do desenvolvimento econômico.

Não é possível afirmar que, em seus momentos iniciais, o novo go-

verno instituído após o movimento de 1930 já tivesse uma política claramente definida em relação aos deslocamentos populacionais. Objetivamente, antes mesmo de qualquer medida oficial, a realidade econômica do período já havia começado a provocar mudanças significativas nas características dos movimentos populacionais. A crise do capitalismo primário-exportador e o início da consolidação de uma nova estrutura capitalista no Brasil, com a emergência de um novo padrão de acumulação centrado na industrialização e no mercado interno, implicaram mudanças nas dinâmicas populacionais que denotam a introdução dos movimentos migratórios em uma nova fase (Paiva, 2001, p. 31). Essa nova fase se constituiu como uma nova modalidade de deslocamentos populacionais, que passou a atender às novas atividades e regiões dinâmicas da economia nacional, bem como também às novas áreas que passariam a se integrar nos processos de reprodução econômica.

Uma das novas características dos movimentos populacionais, a partir desse período, está relacionada à supremacia numérica dos trabalhadores nacionais relativamente aos estrangeiros, na direção dos centros urbanos, principalmente São Paulo. Outra característica vincula-se ao fato de que os deslocamentos populacionais passaram a procurar atender às novas atividades agrícolas, como a produção algodoeira, que ganhavam impulso no interior paulista, e também às novas áreas para onde avançava a fronteira econômica, como o norte do Paraná e parte do Oeste brasileiro. Nesses casos, o trabalhador nacional também deveria ser o elemento numericamente majoritário.

O que, no entanto, vai pautar a ação do estatal no período é a opção por tomar uma série de medidas que procuravam controlar e dirigir os movimentos populacionais a objetivos ligados ao novo modelo de desenvolvimento econômico, nucleado pela industrialização. A política relativa aos deslocamentos populacionais foi, nesse sentido, sendo construída de forma paulatina. Para a sua formulação, contribuíram vários elementos que foram se tornando claros a partir da identificação das novas necessidades da economia brasileira e a partir, também, dos diagnósticos acerca da realidade brasileira efetuados pelo governo e por intelectuais que o apoiavam e que debatiam e indicavam medidas a serem tomadas.

Apesar do seu caráter processual, é possível identificar, na política migratória do primeiro governo Vargas, alguns pontos que denotam a

preocupação em utilizá-la como instrumento impulsionador do novo modelo de desenvolvimento que se queria alcançar.

Um desses pontos vinculava-se à perspectiva das grandes potencialidades oferecidas pelo território brasileiro, o que impunha preocupações com a manutenção de sua integridade, com o controle nacional sobre ele e com a capacitação da sociedade brasileira em dar encaminhamento a um processo de desenvolvimento que, realizando-se sobre o território nacional, se mostrasse adequado às necessidades brasileiras.

Nesse sentido, além da ideia de interdependência entre defesa da integridade territorial brasileira, expansão e integração do mercado interno e desenvolvimento da industrialização¹, outros elementos foram importantes na construção das políticas de deslocamentos populacionais do primeiro governo Vargas, tais como o nacionalismo e a necessidade de construção de uma real nacionalidade brasileira. Esses elementos, por sua vez, estavam vinculados à preocupação com os estrangeiros, à priorização e à ênfase na utilização do trabalhador nacional nos projetos de colonização e à construção de um mercado nacional de trabalho. É sobre esses temas que este artigo versará.

1. O nacionalismo e a construção da nacionalidade

O processo de desenvolvimento posto em curso no primeiro governo Vargas, que propunha o deslanche industrial com base no crescimento e na integração do mercado nacional, ocorreu com base numa ideologia fortemente nacionalista. Tal ideologia, no entanto, apresentava uma séria limitação, pois entendia-se que a nação brasileira se encontrava constituída de maneira irregular. A visão preconizada por Vargas e por muitos intelectuais ligados ao seu governo era a de que, no Brasil, as fronteiras

¹ Em relação a esse ponto, é evidente que tanto o governo quanto os intelectuais que o apoiavam tinham clareza que a industrialização brasileira tinha que ter por base, necessariamente, o mercado interno brasileiro e que este, para se expandir, necessitaria da ocupação do interior do território brasileiro. Por isso, a identificação entre a industrialização e o avanço da fronteira econômica era uma das pedras de toque da política colonizadora do primeiro governo Vargas. Esse importante elemento da política relativa aos deslocamentos populacionais do primeiro governo Vargas encontra-se desenvolvido em Costa (2011, 2012).

políticas não coincidiam com as fronteiras econômicas. Não se podia, dessa forma, afirmar a existência de uma nação consolidada quando poucas áreas com expressiva densidade demográfica conviviam com enormes espaços vazios, impossibilitando a sua integração definitiva. A construção da nacionalidade passava, efetivamente, pela integração econômica do território:

Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao oeste. Para bem esclarecer a ideia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne de seu corpo. Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem todos esses elementos, os espaços vazios se povoarão. Teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial. Deste modo, o programa de “Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras. (Vargas, 194?, p. 284–285)

A existência de espaços despovoados representava obstáculos para a construção nacional, pois é nessas zonas, de pouca ou nenhuma ocupação, que se desenvolviam as forças dissolventes da nacionalidade. É nesses espaços que os poucos trabalhadores rurais viviam entregues à sua pró-

pria sorte, longe dos benefícios da civilização e desenvolvendo hábitos distantes da disciplina do trabalho produtivo.

É, também, nesses espaços que vingavam as condições para a reprodução de práticas autonomistas e municipalistas, distantes da autoridade central, que fortaleciam poderes locais. Situação claramente representada pelas imagens de “feudalismo achamboado” e personalista, desintegrado da vida econômica do país². Em relação a isso, Vargas veiculou uma de suas afirmações mais contundentes e radicais acerca da realidade agrária do país, ainda quando candidato pela Aliança Liberal:

Em não poucas das regiões mais próprias para a agricultura, impera ainda o latifúndio, causa comum do desamparo em que vive, geralmente, o proletariado rural, reduzido à condição de escravo da gleba. Nessas regiões, seria conveniente, para os seus possuidores e para a coletividade, subdividir a terra, a fim de colonizá-la, fazendo-se concessões de lotes a estrangeiros, como a nacionais, a preços módicos, mediante pagamento a prestações, além do fornecimento de máquinas agrícolas, mudas e sementes. (Vargas, 194?, p. 297)

Nesse sentido, além da aplicação de importantes medidas educacionais e culturais (Vargas, 194?, p. 311–343)³, a construção da nacionalidade também deveria passar por uma solução de caráter econômico: era preciso integrar o país, articular as diferentes zonas despovoadas e desconectadas do circuito econômico com as regiões dinâmicas do país. Tal avaliação deixa evidente que havia, por parte das autoridades e dos intelectuais que apoiavam o regime, uma clara compreensão acerca da capacidade de uniformização imposta pelo avanço do capitalismo construído internamente e estendido às mais diferentes regiões por meio do “nosso imperialismo”.

² Essa é uma imagem particularmente utilizada por Oliveira Vianna, que a recolheu de Euclides da Cunha, para caracterizar o caráter localista das grandes latifúndios brasileiros e a existência de um forte poder local nesses mesmos latifúndios. Ver Vianna (2005, p. 204–205).

³ Esses assuntos encontram-se analisados de maneira bastante interessante em Schwartzmann, Bomeny e Costa (1984).

Assim, a correta expressão do nacionalismo e a construção da nacionalidade brasileira passavam, necessariamente, pela adoção de algumas medidas, tais como

- a) a superação da situação de atraso e de abandono do trabalhador do campo, localizado além das fronteiras econômicas, e das características autônomas e localistas possibilitadas pelas grandes propriedades rurais improdutivas ou subaproveitadas economicamente;
- b) a padronização não apenas das características culturais, como a língua e os costumes, mas também das relações sociais de produção.

Tais aspectos vão estabelecer conexões com a formulação de políticas relacionadas aos deslocamentos populacionais, já que, para se alcançarem tais objetivos, era imprescindível integrar economicamente, como consumidoras e produtoras de mercadorias, as regiões conhecidas como sertão, estabelecendo nexos entre elas e a produção industrial que começava a se concentrar em São Paulo. É nesse sentido que as imagens referentes ao “nosso imperialismo” interno ganham suas mais expressivas significações.

1.1 A importância da pequena propriedade

Adotando posturas próximas às dos modernistas e às dos grupos tenentistas radicais reunidos no Clube 3 de Outubro, o governo considerava que, nas regiões isoladas do país, o impulso modernizador era extremamente fraco, impossibilitando que essas regiões alcançassem um desenvolvimento autônomo. Assim, como aparece evidente na afirmação de Vargas citada anteriormente, se nas regiões já desenvolvidas o progresso poderia se dar de forma autônoma, nas regiões isoladas e consideradas atrasadas se faziam necessárias enérgicas e decisivas intervenções estatais.

Os trabalhadores brasileiros dessas regiões, em sua grande maioria posseiros ou remanescentes de antigas atividades econômicas que regressaram a formas de produção de subsistência, eram identificados com os aspectos negativos da cultura caipira e como trabalhadores que se con-

tentavam em viver numa economia de subsistência, utilizando a terra como fator de sobrevivência, e não como fator de produção de excedentes intercambiáveis no mercado, cultivando-a com técnicas rudimentares e num ritmo próprio, dissociado da disciplina necessária à produção capitalista. Eram, portanto, entendidos como arcaicos, indisciplinados e incapazes de produzir para o mercado. Resumindo, eram trabalhadores pré-capitalistas. Por serem trabalhadores distantes das conquistas da civilização e dos hábitos básicos de higiene, eram propensos a enfermidades, o que inibia, ainda mais, a produtividade de seu trabalho. Por isso Vargas afirmava que a ação do Estado deveria

atender à sorte de centenas de milhares de brasileiros que vivem nos sertões sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contacto com os agentes do poder público, apenas através dos impostos extorsivos que pagam. É preciso grupá-los, instituindo *colônias agrícolas*; investi-los na propriedade da terra, fornecendo-lhes os instrumentos de trabalho, o transporte fácil para a venda da produção excedente às necessidades do seu sustento; *despertar-lhe, em suma, o interesse, inculcando-lhes hábitos de atividade e economia*. Tal é a valorização básica, essa sim, que nos cumpre iniciar quanto antes a valorização do capital humano, por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção. (Vargas, 1938a, p. 28, grifo nosso)

A ação do Estado, e do expansionismo induzido por ele, no processo de construção da nacionalidade também é ressaltado por Cassiano Ricardo ao atribuir à Marcha para o Oeste o sentido de reedição da epopeia bandeirante. Segundo o autor, as bandeiras se constituem no fator genético da nacionalidade brasileira e legitimador do Estado forte, centralizador e interventor, já que as bandeiras, baseando-se nos princípios da “Democracia Racial e Social”, conseguiram articular todos os elementos constituintes da sociedade brasileira – o negro, o índio e o branco – no esforço de conquista e construção do país. Entretanto, apesar da colaboração entre as três raças, as bandeiras não eram destituídas de comando, pois haviam se configurado no “Estado larvar brasileiro” justamente pelo fato de terem unido o comando do branco, a mobilidade do índio e a força de trabalho do negro.

Ao enfatizar a ideia do comando do branco, ao mitificar as bandeiras e ao identificá-las com a Marcha para o Oeste, Ricardo deixou claro

que o que se pretendia, no interior brasileiro, era uma ocupação de caráter capitalista e procurou simultaneamente, por meio de metáforas, exaltar a ação ordenadora do Estado na conquista territorial e na construção de um novo trabalhador rural brasileiro. Assim, sob o comando do Estado, a integração do interior do país ao mercado nacional daria origem a um novo tipo de trabalhador rural, disciplinado, produtor de excedentes comercializáveis e consumidor de mercadorias.

Identificando as bandeiras e a Marcha para o Oeste, Ricardo procurou defender, também, o povoamento do interior mediante um programa de colonização baseado na pequena propriedade. Segundo ele, nas bandeiras “a pequena propriedade ao invés de embarçar o expansionismo favoreceu-o. [...] A pequena propriedade fazia, por assim dizer, parte de uma técnica de vida e economia cujo principal objetivo dependia da absoluta liberdade de movimento” (Ricardo, 1970, p. 71). A pequena propriedade não acomodava e não paralisava os senhores ciosos de seus grandes domínios, pelo contrário, impunha a necessidade de constante movimentação.

Não é difícil imaginar os porquês da defesa da pequena propriedade num programa de colonização do Oeste. Esse programa não poderia se basear no latifúndio. Primeiramente, porque o latifúndio, ao ter uma alta capacidade de autoabastecimento, não permitiria o incremento das trocas entre diferentes regiões. Segundo, por possuir um domínio de caráter tradicional, local e privatista, aproximando-se de uma situação de extraterritorialidade, o latifúndio geraria o caos, a anarquia e a injustiça. Em relação a isso, Vargas já se pronunciava em 1933:

O problema das comunicações tem, no Norte, papel preponderante, como elemento civilizador e até mesmo de fraternização nacional. O canção é fruto do sertão áspero, sem administração e sem justiça, isolado por falta de contacto com os centros irradiadores de progresso. Ligar por meio de boas estradas o Nordeste baiano à Capital da República será estabelecer o mais sólido traço de união entre Norte e Sul, criando um fator preponderante para a consolidação de nossa unidade, capaz de extinguir, de vez, quaisquer veleidades regionalistas. Assim aparelhado, tornar-se-á fácil localizar no Nordeste vasta colonização rural, composta de elementos autóctones, que necessitarão, apenas, para progredir, de assistência técnica, agrônômica e financeira. (Vargas, 194?, p. 180)

Outros pontos importantes na defesa da pequena propriedade no povoamento do Oeste relacionavam-se ao fato de que essa forma de colonização diluiria a influência do latifúndio na economia e sociedade brasileiras (Lenharo, 1986, p. 98), mas, principalmente, porque o estabelecimento de núcleos de colonização implicaria a venda dos lotes em prestações anuais.

A necessidade de pagamento dessas prestações obrigaria a conversão dos pequenos proprietários em produtores para o mercado. O débito da dívida só seria possível com a venda de parte de sua produção. A colonização baseada na pequena propriedade seria, assim, a forma de integração do interior do país ao mercado nacional. Faria do pequeno proprietário um produtor de gêneros destinados aos centros urbanos e de matérias-primas para as indústrias, e, ao aumentar a exigência de sua especialização como produtor agrícola, torná-lo-ia um consumidor de mercadorias industriais.

Não é por acaso, portanto, que, na defesa de um projeto colonizador sustentado na pequena propriedade, tenham se somado personalidades e entidades ligadas aos interesses industrialistas, tais como Roberto Simonsen e o IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho)⁴. Roberto Simonsen, ao criticar a existência de pequenas propriedades no interior do país, voltadas à produção de subsistência, afirmava:

Condições autárquicas [...] reduzem extraordinariamente o poder de 2/3 da população. [...]. Só pelo intercâmbio interno é que poderemos alcançar o poder aquisitivo de que havemos mister. [...] A indústria deseja um mercado interno rico para a necessária expansão de sua produção. Tanto vale dizer que anseia pela formação de capitais nacionais, pela união cada vez mais intensa de todas as regiões do país, pela crescente liberdade nas intercomunicações dos Estados; enfim, pela unidade e grandeza cada vez maiores de nossa pátria. (Simonsen, 1937, p. 27-28)

O IDORT, por sua vez, avaliava:

⁴ O IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) foi criado em 1931. Tinha por objetivo, no período de sua fundação, gerar conhecimentos, promover a organização científica do trabalho e ampliar a sua produtividade por meio de propostas de gestão, treinamentos e capacitações, voltadas principalmente, mas não só, ao setor industrial.

Ao julgar pelo andamento da coisa, ao acompanhar a situação econômica actual – no Brasil – e particularmente no Estado de São Paulo, é permitido prever, para muito breve a formação em grande escala de pequena propriedade – única salvação aliás possível para a lavoura – capaz de resolver – no nosso modesto parecer – sem convulsões, a economia e a estabilidade social do Estado. (Lenharo, 1986, p. 98)

Não devemos, contudo, interpretar que a defesa de um projeto de colonização do interior brasileiro, por meio de pequenas propriedades, significasse questionamentos ao latifúndio. Não se cogitavam reformas na estrutura agrária consolidada do país, uma vez que os interesses do capital agroexportador e das oligarquias eram, ainda, vigorosos. Muitas vezes a tese da pequena propriedade apareceu nos discursos de Vargas, principalmente antes do Estado Novo, como forma de atenuar a problemática do desemprego urbano, acenando aos trabalhadores com a possibilidade de seu retorno ao campo (Fonseca, 1987, p. 236). Por outro lado, era também utilizada como forma de conciliar o discurso modernizador com os interesses dos latifundiários e da burguesia rural, já que a existência de generosos fundos territoriais no interior do país permitiria apontar para uma mudança na estrutura fundiária brasileira sem a necessidade de reforma agrária, nos espaços já consolidados de longa data. A expansão sustentada na pequena propriedade apresentaria, assim, um caráter bastante conciliador.

Devemos lembrar, ainda, que a permanência dos latifúndios na região do atual Nordeste era instrumental para o desencadeamento de migrações, já que o monopólio da terra e o atraso da região permitiriam a ocorrência de fatores de expulsão de excedentes populacionais que seriam absorvidos pelas regiões dinâmicas ou por aquelas que estavam se integrando aos processos expansionistas.

Assim, a utilização dos deslocamentos populacionais como forma de construção da nacionalidade, por meio da superação da situação de atraso e abandono do trabalhador rural e das características autônomas e localistas, possibilitadas pelas grandes propriedades rurais improdutivas ou subaproveitadas economicamente, estabelecia fortes pontos de contato com a necessidade de se padronizar as relações sociais no país.

Isso permite argumentar que a defesa de povoamento do interior ordenado e supervisionado pelo Estado, por meio da pequena proprie-

dade, era um projeto de expansão do mercado nacional, que incorporava o objetivo de padronização das relações de produção, já que a anexação das regiões de sertão à fronteira econômica desencadearia o surgimento de novas frentes pioneiras. Dessa forma, a ação colonizadora estatal teria como função a introdução de novas regiões aos processos econômicos, transformando os trabalhadores e pequenos proprietários em produtores e consumidores de mercadorias.

O Oeste, até então, caracterizava-se por ser, em sua maioria, uma zona de expansão. Ou seja, um espaço no qual o sujeito social típico era o posseiro. Elemento que poderia ser originário da migração de excedentes populacionais da faixa situada aquém da fronteira econômica e que, eventualmente, poderia produzir excedentes. Contudo, o que caracterizava a região Oeste como frente de expansão eram os fatos de que as relações sociais não se encontravam determinadas pela produção para o mercado e de que a apropriação da terra não se fazia como empreendimento econômico. Era, geralmente, um caso de uso privado de terras devolutas que não se relacionava com a economia nacional em termos de produção para o mercado.

Era necessário transformá-la em uma frente pioneira, numa região em que a posse da terra fosse substituída pela propriedade privada dela e na qual a terra fosse comprada, obrigando o pequeno proprietário a dispor de sua produção no mercado. A aquisição de um lote significaria o estabelecimento de um empreendimento econômico:

O ponto-chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada [...]. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza. (Martins, 1975, p. 47)

Embora baseada na pequena propriedade de trabalho familiar, a anexação capitalista de parte do Oeste, por meio da colonização, seria realizada com a sua produção sendo dirigida ao mercado. Como tal região não atraía processos “espontâneos” de inversão de capital privado, diferentemente do que ocorria com a experiência coetânea de colonização no norte do Paraná, a sua ocupação deveria resultar da ação estatal. O

Estado deveria organizar uma política migratória que fosse controladora, centralizadora e planificadora, como dizia Beneval de Oliveira em artigo da revista *Cultura Política*:

Enfraquecido pelas endemias, o nosso caboclo não tem disposição para o trabalho e, desajustado, fracassa em qualquer iniciativa que toma. *Impõe-se, portanto, a adoção sistemática de uma política imigratória e colonizadora, econômica e financeira; sanitária e educativa*, capaz de promover o povoamento de nosso território, dando toda a assistência às nossas populações rurais, não só tendente a fixá-las como também no sentido de melhorar a sua capacidade aquisitiva, pelo fomento da produção e pela exploração das riquezas que ainda se encontram em estado potencial na superfície ou entranhas do solo. (Oliveira, 1943, p. 73, grifo nosso)

A preocupação em se introduzir relações sociais de caráter capitalista na região, por meio de sua integração ao mercado, deveria ser objeto da ação estatal a partir do impulso modernizador possibilitado pelo desenvolvimento industrial que ocorria em São Paulo. Ainda que se vislumbresse outra possibilidade de desenvolvimento futuro para a região, entendia-se que, num primeiro momento, a região deveria ser introduzida no capitalismo como uma região subordinada ao novo centro dinâmico da economia nacional.

Tal entendimento evidencia que se pretendia criar um mercado integrado no Brasil, porém com diferentes especializações produtivas. Uma divisão interna do trabalho entre regiões que deveriam se comportar como produtoras de matérias-primas e de gêneros destinados ao abastecimento das populações urbanas e regiões produtoras de manufaturados.

A integração do interior ao mercado e à economia nacional se daria, portanto, inicialmente, com a sua satelitização ao centro dinâmico da economia nacional, que se localizava nas regiões de rápida industrialização. A ocupação do interior deveria torná-lo numa região que favorecesse a acumulação de capitais que ocorria de maneira espacialmente concentrada. Assim, a ideia de imperialismo interno ganhava concretude. Isso explica a necessidade de seu povoamento e de sua “conquista capitalista”. Vargas expressou isso com clareza:

As nações novas, formadas pela expansão colonizadora, apresentam, entre os fenômenos específicos do seu crescimento, a mobilidade de fronteiras. Não coincidem, nos primórdios da formação, as linhas de demarcação política e a extensão de apropriação econômica. Dessa diferenciação decorre a existência da fronteira móvel, que traduz a expansão do território integrado nos sistema nacional de produção dentro da área política. O Brasil é, na atualidade, um dos países em que se registra o fato, e, por isso mesmo, a sua expansão tem um caráter puramente interno, como processo de dar substância econômica ao corpo político e fazer coincidirem as duas fronteiras. Antes dessa integração necessária, todo o país sofre uma fragmentação nítida em que as etapas do desenvolvimento econômico são assinaladas de modo evidente. *Uma faixa é agente e sujeito da economia nacional; a outra é, apenas, objeto servindo como mercado de consumo de manufaturas, em troca de matérias primas ou produtos extrativos.* Naturalmente, a consequência mais imediata do fato é que uma parte dos brasileiros vive em condições de vida peculiares à fase colonial, enquanto a outra mostra uma evolução econômica acelerada. *Exemplos exatos dos dois tipos encontramos nas unidades federais de São Paulo e Mato Grosso.* O Brasil mostra, assim, dentro das suas divisas, regiões metropolitanas e regiões coloniais. O imperialismo brasileiro consiste, portanto, na expansão demográfica e econômica dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado, tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país. Com as imensas reservas territoriais que dispomos, será possível formar um grande mercado unitário, de capacidade bastante para absorver a produção das zonas industrializadas e desenvolver a industrialização das zonas de recente ocupação. (Vargas, 194?, p. 125, grifo nosso)

Nesse sentido pode se entender, também, porque a necessidade da padronização das relações sociais, como forma de construção da nacionalidade brasileira, não passava por um questionamento incisivo aos latifúndios. A existência de latifúndios seria um fator de geração e de expulsão de excedentes populacionais, uma vez que a superpopulação e o desemprego no campo não seriam resultados de uma excessiva densidade demográfica, mas da distribuição desigual da terra e da constante concentração de sua propriedade. Tal situação era mais explícita no Nordeste, onde o papel do latifúndio, como gerador e fator de expulsão de excedentes populacionais, seria amplificado pelas condições naturais de uma região ameaçada pelas secas e pela secular estagnação econômica de seus complexos econômicos regionais.

Segundo Celso Furtado, o complexo econômico açucareiro nordestino, após um período de mais de um século de crescimento econômico extensivo, entrou em situação de letargia após sua crise, em finais do século XVII (Furtado, 2000, cap. X). Nessa longa crise, o complexo açucareiro, por se sustentar no latifúndio e no trabalho escravo e por ter desenvolvido em sua periferia a pecuária como uma atividade acessória de baixa produtividade, pôde se manter mesmo com uma redução brutal em sua capacidade de geração de renda, sem desencadear uma crise de consequências socialmente explosivas. Isso, entretanto, resultou numa involução a uma situação econômica próxima à da subsistência, só superada em momentos limitados de prosperidade do açúcar no mercado internacional. Ao mesmo tempo, levou à constituição de uma sociedade com fortes características tradicionais, na qual a riqueza dependia mais da propriedade imobiliária e do *status* do que de valores monetários. A racionalidade econômica e a impessoalidade cediam espaços para relações personificadas de longa data e uma possível mobilidade social vinculava-se mais ao clientelismo do que ao mérito pessoal.

Mesmo em outras áreas do Nordeste, os problemas de subsistência do pequeno proprietário também foram se avolumando. As sucessivas partilhas familiares que resultaram em minifúndios economicamente impraticáveis, aliadas às dificuldades de acesso a cursos d'água, causadas por essas partilhas, tornaram-se fatores de expulsão de pequenos proprietários ou de sua vinculação política e social aos latifundiários, gerando concentração fundiária.

Essa tendência plurissecular da economia nordestina, associada ao processo de desarticulação de seus complexos econômicos e à maior facilidade de comunicação, alcançada pelo desenvolvimento das ferrovias, fizeram do Nordeste uma região com alto potencial de oferta de força de trabalho migrante.

O governo, ao não intervir na estrutura tradicional da economia e das sociedades nordestinas, não gerou descontentamentos entre os seus grupos dominantes e, simultaneamente, estabeleceu uma relação de complementaridade entre o “arcaico” e o “moderno”⁵. Possibilitou, por meio dessa combinação de graus e ritmos desiguais de desenvolvimento, que o Nordeste cumprisse a função de fornecedor de abundante força de

⁵ O aprofundamento dessa questão pode ser encontrado em Oliveira (1981).

trabalho, que poderia atender às exigências migratórias das regiões necessitadas de trabalhadores. Esse é o caso do Oeste, pois

entre os setores da população que seriam direcionados para a política do povoamento estavam trabalhadores pobres, flagelados, retirantes das secas e ex-reservistas, que seriam direcionados para as grandes áreas de assentamento agrícolas, expandindo as fronteiras internas. (Bescow, 2006, p. 10)

Alguns autores apontam, assim, que a ocupação do interior, via a ideia de fronteira em expansão, tornou-se “a garantia da perversa aliança entre a burguesia industrial e o latifúndio” (Silva, 1981, apud Bescow, 2006, p. 9).

Isso porque a ocupação do interior brasileiro por um novo tipo de trabalhador rural, produtor e consumidor de mercadorias, originário das áreas historicamente estagnadas, que geravam excedentes populacionais, estabeleceu relações de complementaridade entre as regiões brasileiras, sustentadas em ritmos e graus diferentes de desenvolvimento.

Assim, a construção da nacionalidade pelo viés econômico visava à integração do mercado nacional e à criação de nexos entre as diferentes regiões do país. Para isso era necessária a combinação das especificidades regionais e de suas desigualdades de desenvolvimento. A região “sujeito” deveria comandar as articulações econômicas, contando com a colaboração das regiões “objeto”, tal qual elas aparecem no discurso de Vargas anteriormente citado.

1.2 A erradicação do perigo estrangeiro

A existência de espaços poucos povoados e desarticulados da vida econômica nacional aponta, ainda, para outra forte preocupação que também esteve presente na definição dos princípios básicos da política relativa aos deslocamentos populacionais: o perigo estrangeiro e a necessidade de sua neutralização. Tal questão tem origem na crítica da política imigrantista praticada pelo regime anterior ao instituído pela Revolução de 1930.

A política imigrantista anterior era considerada um fator de estímulo à fragmentação territorial brasileira, pois havia privilegiado o estrangeiro. Este havia sido o sujeito prioritário do povoamento de partes importantes

do território nacional e da composição da força de trabalho nas regiões mais dinâmicas da economia nacional. O isolamento e a presença majoritária de estrangeiros em algumas áreas favoreceram a constituição de núcleos homogêneos, que não se ligaram à sociedade brasileira e, por isso, preservaram seus costumes e seu idioma e permaneceram profundamente ligados economicamente aos seus países de origem, mediante o consumo de mercadorias e remessas em dinheiro. Essa situação agravava-se pelo caráter exportador da economia brasileira, que não integrava o mercado e impedia a criação de vínculos consistentes entre as diferentes regiões do país, favorecendo o liberalismo econômico e político. Tais críticas às práticas imigratórias anteriores a 1930 são bastante perceptíveis em Vargas:

Há noventa anos passados chegava no vale do Itajaí a primeira colônia dos povoadores alemães. Decerto, no meio de imensas florestas, foram deixados ao abandono. Abateram a mata, lavraram a terra, lançaram a semente, construíram suas casas, formaram as lavouras e ergueram o edifício de sua prosperidade. Dir-se-á que custaram muito a assimilar-se à sociedade nacional, a falar a nossa língua. Mas a culpa não foi deles, a culpa foi dos governos que os deixaram isolados na mata, em grandes núcleos sem comunicações. Aquilo que os colonos de então pediam era o binômio de cuja resultante deveria sair a sua prosperidade. Só pediam duas coisas: escolas e estradas, estradas e escolas. No entanto, a população que prosperava isolada, devido somente ao seu próprio esforço, só tinha uma impressão de existência do governo. Era quando este se aproximava dela como algoz para cobrar-lhes impostos, ou como mendigo, para solicitar-lhes o voto. O governo que se aproximava somente quando precisava dos votos perdia a respeitabilidade, porque vivia de transigências. E à troca desses votos, não vacilava em desprezar os próprios interesses da nacionalidade. (Vargas, 1940, apud Schwartzmann; Bomeny; Costa, 1984, p. 157-158)

O isolamento do imigrante estrangeiro em relação à sociedade brasileira havia, dessa forma, dado origem aos “enquistamentos étnicos”. Segundo o entendimento do governo, de seus técnicos e de intelectuais comprometidos com o regime, esses espaços desenvolviam e aprofundavam características autárquicas, comportando-se como estranhos ao corpo social e econômico nacional.

Isso gerava problemas. Primeiro, porque os “enquistamentos étnicos”,

num contexto de fortes pressões expansionistas por parte de algumas nações centrais, poderiam converter-se em apoio para que essa expansão se realizasse sobre o território nacional, o que implicaria sua fragmentação. Isso adquire maior importância se lembrarmos que esses imigrantes, concentrados, sobretudo, no Sul e Sudeste do país, possuíam a nacionalidade, ou descendência, de Estados nacionais que apresentavam fortes tendências expansionistas e desenvolviam conquistas territoriais externas – casos da Alemanha, da Itália e do Japão – e que esses Estados procuravam organizar e instrumentalizar tais imigrantes na defesa de seus interesses (Nascimento, 2002, p. 31). Além disso, a manutenção dos hábitos de consumo dos países de origem fazia dos núcleos homogêneos de imigrantes um mercado cativo para as exportações desses países, transformando-os em agentes difusores do consumo de produtos importados (Ianni, 1974, cap. 1; Nascimento, 2002, p. 27-30).

A presença de colônias homogêneas ameaçava, portanto, a integridade territorial do país, a unificação do seu mercado e a construção de uma nacionalidade brasileira, na medida em que se comportavam como enclaves estrangeiros, refratários à cultura e aos produtos nacionais, em que ocorria o iminente perigo do expansionismo externo. A presença estrangeira e a sua resistência à integração à sociedade brasileira haviam se transformado num obstáculo à realização do imperialismo interno brasileiro, tornando estrangeiras partes significativas do território nacional.

Assim, no contexto das décadas de 1930 e 1940, a visão dominante em relação ao imigrante estrangeiro, que anteriormente era positiva, passou a ser negativa. De elementos prioritários para o povoamento do território e para a formação da força de trabalho, passaram a ser encarados com desconfiança e considerados como assunto de segurança nacional. A política em relação a eles necessitava ser modificada, principalmente no que se referia à sua utilização em políticas colonizadoras. O posicionamento de técnicos da Secretaria da Agricultura de São Paulo é bastante evidente em relação a esse assunto:

A antiga colonização oficial do Estado, que facilitava a predominância de determinadas nacionalidades [...] necessitava ser completamente modificada evitando-se que núcleos oficiais se constituíssem em organismos à parte da comunidade paulista. Isolavam-se. Representavam um verdadeiro prolongamento das pátrias de origem dos colonos estrangeiros, predomi-

nantes. A pequena assistência prestada pelo Estado não conseguia enfraquecer os vigorosos vínculos sentimentais que continuavam a prendê-los à terra natal, facilitando a formação dos quistos raciais. A colonização familiar veio corrigir essas falhas. Ela procura criar, em torno do colono estrangeiro, um ambiente que, tanto quanto possível, o ensine viver à maneira brasileira. [...] É mister integrar o quanto antes à vida nacional. (Secretaria da Agricultura, 1938, apud Paiva, 2000, p. 41)⁶

Dentre as diferentes nacionalidades estabelecidas no Brasil, a maior preocupação ocorria em relação aos alemães, apesar do intenso intercâmbio comercial estabelecido entre esses dois países⁷. Além da importante presença da propaganda e da agitação nazista entre os imigrantes, e descendentes, radicados no Brasil, essa preocupação decorria da avaliação feita pelo Exército e por outros membros do governo, de que o expansionismo alemão era bastante agressivo. Tal avaliação estava embasada numa concepção de nacionalismo expressa pelo pangermanismo, que defendia a ideia de que a manutenção por alemães da lealdade e da tradição germânica, em qualquer parte do planeta, era a forma de tornar também alemães os espaços por eles habitados.

Se o sentimento de nacionalidade ganha prioridade sobre o interesse de Estado, ele pode se desprender de barreiras territoriais, unificando em torno desse ideário as populações dispersas em outras regiões que não pertencem ao país de origem. Esse movimento de unificação funciona ao mesmo tempo como elo de ligação e expansão do sentimento nacionalista nas mais distantes regiões do globo [...], o que permitia a permanência da nacionalidade qualquer que fosse a contingência histórica. Desta forma, manter uma tradição comunitária e cultural germânica fora da Alemanha era mais do que simplesmente conservar hábitos e valores culturais; era a forma de tornar alemão o espaço ocupado por esses grupos. (Schwartzmann; Bomeny; Costa, 1984, p. 168)

Embora o temor em relação aos alemães fosse o mais disseminado, havia também avaliações negativas contra a imigração japonesa, conside-

⁶ Processo da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, n. 6.866, de 24 de maio de 1938, Memorial do Imigrante, São Paulo.

⁷ No ano de 1938, a Alemanha se colocou em primeiro lugar no comércio internacional brasileiro, no que se refere às importações, e em segundo lugar em exportações.

rada de difícil assimilação. Nessas avaliações, os japoneses apresentavam hábitos completamente distantes dos brasileiros. Devido à sua cultura oriental e à sua disciplina, mostravam-se avesso a uma maior abertura em relação à sociedade brasileira. Tal avaliação fundava-se no fato de os japoneses insistirem, na educação de seus descendentes, na utilização de livros produzidos no Japão e realizarem constantes embarques de membros de sua colônia para cursos em seu país de origem (Schwartzmann; Bomeny; Costa, 1984, p. 150). As características físicas japonesas, dominantes em casos raros de miscigenação, eram outros elementos considerados perigosos, pois ameaçavam a morfologia brasileira:

Não se deve aplicar o mesmo critério assimilador a asiáticos e europeus. Por maior que seja a nossa boa vontade, por mais profundo que seja o nosso instinto de cordialidade internacional, cumpre-nos defender os caracteres morfológicos do povo brasileiro, preservar as suas possibilidades de aproximação com os tipos europeus iniciadores, mantendo à parte os grupos asiáticos e impedindo o seu desenvolvimento. Destarte, o problema japonês fica desde logo definido como um problema de política imigratória. A nacionalização, neste caso, não deve significar assimilação étnica. (Relatório, 1940, p. 6, apud Schwartzmann; Bomeny; Costa, 1984, p. 150)

Os italianos, embora considerados, pela sua origem latina, muito mais próximos e mais adaptáveis à cultura nacional, também passaram a ser vistos com certa desconfiança. Esta relacionava-se a alguns aspectos fundamentais. No Sul do país, a utilização de imigrantes italianos em políticas de povoamento, em finais do século XIX, e a sua concentração em núcleos homogêneos, havia dado origem a comunidades pouco permeáveis a uma integração com a sociedade brasileira. Simultaneamente, a grande presença numérica como força de trabalho, nas regiões mais dinâmicas da economia nacional, havia permitido o surgimento de associações italianas tanto no campo, quanto nas cidades. A concentração de italianos no mercado de trabalho urbano, principalmente em São Paulo, onde formaram um grande contingente dos operários e tiveram uma significativa participação em movimentações de caráter trabalhista, fez com que tais imigrantes fossem identificados como adeptos de visões revolucionárias e anarquistas, ou seja, como elementos de ideologias internacionalistas.

A presença de ideologias revolucionárias internacionalistas também

passou a ser associada aos imigrantes do Leste Europeu, devido ao fato de essa região ter passado por conflitos políticos e processos revolucionários recentes, nos quais o bolchevismo foi fundamental. Diante disso, os imigrantes estrangeiros passaram a representar ameaças por expressarem duas grandes características que se antepunham à consolidação de um capitalismo brasileiro: por um lado, o nacionalismo exacerbado e a lealdade aos seus países de origem; por outro, o internacionalismo relacionado ao anarquismo e ao comunismo:

O imigrante tem de ser, entre nós, fator de progresso e não de desordem e desagregação. Somos coerentes. Assim como procuramos destruir os excessos de regionalistas e o partidarismo faccioso dos nacionais, com maior razão, temos de prevenir-nos contra a infiltração de elementos que possam transformar-se, fronteiras a dentro, em focos de dissensões ideológicas ou raciais. (Vargas, 194?, p. 292)

Entretanto, a preocupação com os imigrantes de nacionalidade ou descendência japonesa, italiana e, principalmente, alemã, a partir das décadas de 1930 e 1940, possuía ainda uma explicação menos aparente. O desenvolvimento histórico e a realidade contemporânea desses países apresentavam algumas semelhanças com o que ocorria com o Brasil no período, por isso seus interesses apresentavam contradições com o projeto brasileiro de desenvolvimento de um capitalismo industrial.

A Itália, o Japão e a Alemanha eram países centrais, que, no entanto, alcançaram o desenvolvimento industrial de maneira retardatária. Isso impôs algumas características para os seus processos de desenvolvimento. Foram países que se desenvolveram rapidamente e a industrialização teve que contar com uma importante e decisiva participação do Estado. O momento de seus processos de industrialização provocou um atraso na participação desses países nos processos de expansão colonial, ocorridos na segunda metade do século XIX, liderados pela Inglaterra e pela França.

Ao mesmo tempo, esses países possuíam grandes excedentes populacionais que não poderiam ser absorvidos pelas conquistas coloniais. Como possuíam extensões territoriais medianas, onde praticamente não existiam “vazios demográficos”, os excedentes populacionais também não puderam ser utilizados em processos internos de conquista, pois os

seus territórios já estavam completamente integrados à atividade econômica.

Assim, os excedentes populacionais transformaram-se em contingentes de trabalhadores dirigidos a países carentes de população e/ou força de trabalho. Por isso, esses países notabilizaram-se, no século XIX e início do século XX, por alto potencial emigratório.

As necessidades de mercado para as suas indústrias, o grande potencial migratório e a prática intervencionista desses países levaram à formulação de políticas de emigração que se comportaram como sucedâneas às colônias afro-asiáticas. Para tal, a formação de colônias nacionais homogêneas em países receptores de imigrantes passou a ser considerada como a possibilidade de construção de uma nova modalidade de colonização, diferente da que era assegurada pela ocupação militar dos países europeus na África e na Ásia. Ou seja, trabalhando em outros países, esses emigrantes poderiam ter acesso a uma determinada renda; preservando suas características culturais e seus hábitos de consumo, transformar-se-iam em consumidores cativos de mercadorias de seus países de origem e, por manterem ligações e parte da família em seus países de origem, remeteriam renda que ajudaria a irrigar a sua economia nacional. A emigração, portanto, permitiria que esses excedentes populacionais se convertessem em elementos nacionais economicamente ativos em outras partes do mundo.

De fato, a emigração estimulada para o Brasil, a Argentina e os EUA passou a ser parte importante das políticas econômica, externa e comercial desses países, substituindo, muitas vezes com vantagens, as colônias militares, inglesas, francesas e belgas na Ásia e África.

A utilização de imigrantes como fator de desenvolvimento econômico e industrial não era novidade na política externa desses países. Entretanto, tal situação tornar-se-ia mais contundente no período pós-Primeira Grande Guerra. A derrota alemã e a não colheita dos frutos da vitória por parte da Itália fomentou o desenvolvimento nesses países de forças políticas e de ideologias que defendiam a retomada de políticas fortemente nacionalistas e expansionistas, conduzidas pelo Estado, como forma de recuperação do atraso na disputa pela liderança no mundo. Isso foi utilizado primeiramente na Itália, com a ascensão do fascismo, já na década de 1920.

A grande crise iniciada em 1929, cuja eclosão foi muito associada ao

liberalismo, aprofundou tais concepções e culminou, na Alemanha, com a ascensão do nazismo. Assim, no início da década de 1930, houve um novo acirramento dos conflitos interimperialistas, com a emergência e a consolidação de regimes antiliberais, nacionalistas, expansionistas e militaristas que pregavam abertamente a expansão territorial como forma de ampliar as suas áreas de influência e com isso conquistar a liderança internacional. Exemplos disso podem ser encontrados na disposição italiana de alcançar possessões na África e na disposição alemã de reconquistar o seu espaço vital na Europa. O Japão, por seu turno, também apontava para avanços no Sudeste Asiático e no Pacífico.

É verdade que houve uma diminuição no número de imigrantes oriundos desses países na década de 1930. Entretanto, de acordo com a avaliação do governo brasileiro, tal situação não eliminou o interesse em se continuar utilizando os imigrantes como possibilidade de construção de espaços políticos e econômicos extraterritoriais. Pelo contrário, avaliava-se que o novo contexto havia redimensionado tal prática dando-lhe um novo caráter, quiçá, mais agressivo. Segundo o governo brasileiro, os imigrantes, e seus descendentes, passaram, então, a ser potencialmente encarados pelos governos desses países como potenciais instrumentos de expansão sobre o território brasileiro. Tal situação se tornou muito mais preocupante quando se observou a inevitabilidade do conflito mundial, e o estabelecimento de alianças entre esses países se tornou mais evidente com as notícias sobre um projeto nazista de se criar uma Alemanha Antártica, a partir das colônias do Sul do Brasil (Bandeira, 1994, p. 46).

Assim, se, por um lado, as experiências italiana, alemã e japonesa, em procurar encaminhar e aprofundar os seus processos de desenvolvimento industrial por meio da intervenção estatal e da utilização de deslocamentos populacionais, como forma de anexar territórios e ampliar o mercado de suas indústrias nacionais, serviram de modelo e inspiração ao governo brasileiro no pós-1930, as agressivas políticas expansionistas, procurando ampliar as suas áreas de influência na tentativa de conquistar a liderança no planeta, numa conjuntura internacional de crise econômica e de acirramento das disputas interimperialistas, provocaram enormes receios nas autoridades brasileiras.

É possível, então, afirmar que as experiências desses países se apresentaram ao Brasil, ao mesmo tempo, como modelo e como limite. A ênfase no caráter antiliberal, autoritário, expansionista e nacionalista foi

reinterpretada, ligando-se à ideia da necessidade de conquistas e de ampliações do território como forma de ampliar, também, o mercado para a sua produção industrial. Num país como o Brasil, de vastos territórios intocados, tais práticas foram interpretadas como necessidade de se conquistar e integrar esses espaços à atividade econômica por meio de conquistas e colonizações internas. Entretanto, a possibilidade latente de que o expansionismo desses países se desse com base no território brasileiro, a partir das colônias aqui instaladas, que possuíam um histórico de lealdade nacional aos seus países de origem, justificava a adoção de medidas voltadas a estabelecer um forte controle sobre os estrangeiros.

Uma ação expansionista estrangeira, principalmente por meio de um avanço do Estado alemão, era constantemente aventada em meados da década de 1930. A afirmação abaixo, embora deliberadamente alarmista por ter sido feita em uma publicação americana, não deixa dúvidas em relação a isso:

O que ela (a Alemanha) cobiça é a imensa riqueza natural brasileira. A sua posse resolveria completamente todos os problemas que a sua política de militarismo econômico origina. A conquista por assalto não seria uma política prática, mas o domínio efetivo dos recursos brasileiros poderia ser obtido infiltrando-se no Brasil como um “aliado ideológico”, para, por essa forma, converter o Brasil num vassalo econômico e político da Alemanha. As possibilidades econômicas brasileiras são tão ilimitadas que o domínio delas pela Alemanha significaria uma realização rápida do objetivo expansionista da hegemonia germânica através do mundo. Em resumo, este é o escopo das ambições germânicas no Brasil. (Hanloch, 1939, p. 6-7, apud Schwartzmann; Bomeny; Costa, 1984, p. 169)

Assim, a prática e a ideologia nazifascistas também eram consideradas, tais como o bolchevismo, como concepções internacionalistas, estranhas à realidade nacional, e, por isso, ameaçavam a construção de um projeto de desenvolvimento nacionalista no Brasil.

Era inconcebível que os estrangeiros continuassem a ter o papel preponderante que haviam tido nos movimentos migratórios no Brasil. Era temeroso que continuassem a ser o elemento majoritário nos processos de colonização das novas áreas que seriam integradas ao mercado nacional, pois isso implicava favorecimento ao expansionismo externo e em riscos à integridade territorial brasileira.

Era temerário, também, que continuassem a ter influência sobre o proletariado urbano, uma vez que a combatividade operária era atribuída à sua contaminação por ideologias, como o bolchevismo e o anarquismo, personificadas nos estrangeiros. É importante lembrarmos que, nesse momento, a formação de um mercado de trabalho urbano abundante, que não exercesse pressões sobre os salários, também se colocava como fundamental para o desenvolvimento. Não estranha, portanto, a ideia de substituir, no mercado de trabalho urbano, os trabalhadores estrangeiros por trabalhadores nacionais, oriundos do interior, sem problemas de adaptação à sociedade nacional, considerados menos organizados politicamente e sem controle de firmas ou autoridades estrangeiras.

Era necessário, portanto, diluir a influência estrangeira na sociedade e, assim, diminuir os riscos de sua presença em solo brasileiro. Isso conduz a outro elemento constituinte da política migratória: a valorização do trabalhador nacional nos processos de deslocamento populacional. Essa valorização se deu tanto nos movimentos sentido campo–campo, quanto no sentido campo–cidade. Entretanto, como esses deslocamentos populacionais visavam à integração do espaço brasileiro e o trabalhador brasileiro era um trabalhador a ser construído, tornava-se interessante aproveitar a disciplina demonstrada pelos estrangeiros. Tal visão levou o governo a adotar programas de assimilação e controle dos imigrantes, simultaneamente a um processo de educação e disciplinamento do trabalhador brasileiro.

1.3 A valorização do trabalhador nacional nos processos de deslocamento populacional

O que foi desenvolvido no item anterior explica a preocupação em relação aos estrangeiros e a opção pelo trabalhador nacional. Essa opção é compreensível por uma série de elementos apontados anteriormente. Além da preocupação em se manter a integridade territorial brasileira, de se construir a nacionalidade e de se afastar o perigo estrangeiro, a valorização do trabalhador nacional nos processos relativos aos deslocamentos populacionais também se relaciona com o modelo de sociedade que se procurava e com as características de Estado que deveria dirigir esse processo.

O novo padrão de acumulação industrial e urbano, para ser encami-

nhado no Brasil, necessitava do rompimento com as práticas econômicas liberais, vigentes no regime anterior a 1930, e precisava ser encaminhado por um Estado interventor.

A emergência desse Estado de novo tipo no Brasil foi fortemente influenciada por teorias que, originárias de uma vertente do modernismo, eram encampadas por vários pensadores conhecidos como “capitalistas autoritários”. Esses pensadores, embora com diferentes influências e nuances, concordavam com o fortalecimento do Estado nacional, com a eliminação dos poderes locais e com a supremacia do Executivo diante dos outros poderes. Apesar de preconizarem pensamentos e práticas antiliberais, assumiam a defesa da ordem capitalista, como se observa no trecho abaixo:

A crítica era ao tipo de desenvolvimento capitalista anterior a 1930, à sua sustentação política e à sua ideologia, mas não às instituições básicas do capitalismo enquanto tal. Como afirma Eli Diniz, “não há antagonismo entre o antiliberalismo radical, expresso por esses autores, e o apoio aos aspectos básicos da ordem capitalista. Ao contrário, existe uma aceitação dos pressupostos do funcionamento do sistema burguês”. Mostra ainda Diniz a convergência entre o pensamento autoritário e os interesses da burguesia industrial da época, principalmente no que tange à integração do mercado interno, obstada pela autonomia tributária e administrativa estadual assegurada pela constituição de 1891. (Fonseca, 1987, p. 191)⁸

Em oposição ao capitalismo individualista preconizado pelo liberalismo, uniam-se na defesa de um coletivismo capitalista, muito próximo das visões de um organicismo social, no qual a sociedade deveria se caracterizar pela unidade e indivisibilidade, pela hierarquia e pela harmonia social. Esses atributos, para se realizarem e possibilitarem o desenvolvimento, necessitavam da ação construtora do Estado. Vargas, devido à sua origem política e intelectual no positivismo gaúcho, possuía visão de mundo semelhante.

Assim, o ponto de união entre os diferentes indivíduos e grupos sociais seria a nação, segundo Azevedo Amaral: “no organismo social todos os indivíduos e grupos sociais estão integrados com ele como parte integrante que são da coletividade nacional” (Amaral, 1938, p. 285).

⁸ A passagem de Eli Diniz referida na citação é de Diniz (1978, p. 92).

Assim, a difusão da ideologia nacionalista era o fator que tornaria possível a harmonia e a unidade social em prol do desenvolvimento, afastando todo tipo de concepções e práticas que enfatizassem a divisão e a luta entre os diferentes segmentos sociais.

Esse é outro fator que permite a compreensão da valorização do trabalhador brasileiro como agente prioritário dos deslocamentos populacionais. Por não estar pronto e necessitar ser construído, esse trabalhador era considerado como não contaminado por influências alienígenas e dissolventes da nacionalidade, ao contrário da elite política exportadora e das lideranças trabalhistas estrangeiras, contaminadas por elementos internacionalistas como o liberalismo, o bolchevismo e o anarquismo, respectivamente. Não era também uma “quinta coluna” do avanço estrangeiro sobre o território nacional.

Os movimentos populacionais que eram entendidos como fatores da construção nacional, ao integrarem o mercado brasileiro, passaram a ser entendidos, também, como fatores de construção de um trabalhador brasileiro de novo tipo. Pretendia-se, a partir da ação disciplinadora do Estado, construir e moldar um trabalhador nacional que pudesse ser incorporado aos esforços de construção nacional e de preservação da ordem e da harmonia social. O Estado, dessa forma, emergiria como construtor de novo trabalhador nacional, adequado às novas necessidades, tanto em sua vertente rural como em sua vertente urbana. É a isso que Vargas já se referia, quando do lançamento da Aliança Liberal:

Tanto o proletário urbano como o rural necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades. Tais medidas devem compreender a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação; a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice; o crédito, o salário e, até, o recreio, como os desportos e a cultura artística. É tempo de se cogitar da criação de escolas agrárias e técnico-industriais, da higienização das fábricas e usinas, saneamento dos campos, construção de vilas operárias, aplicação da lei de férias, lei do salário mínimo, cooperativas de consumo, etc. (Vargas, 194?, p. 223-224)

Assim, a opção pelo trabalhador nacional deveu-se, entre outros aspectos, ao fato de que esse novo trabalhador contribuiria para a formação de um coletivismo solidário, orgânico. O rompimento com o liberalismo, mas não com o capitalismo, levava à necessidade de cons-

trução de uma sociedade baseada nos princípios da colaboração e da solidariedade de classes.

As leis de amparo às classes trabalhadoras e de satisfação de suas justas reivindicações refletem o sentido superior de harmonia social, em que o Estado se coloca como supremo regulador e em que, sob sua égide, são mutuamente, assegurados os direitos e impostos os deveres nas relações entre as classes. O Estado não compreende, nem permite, antagonismos de classes nem explosões violentas de luta; para esse fim, criou órgãos reguladores que não só coordenam as relações, como dirimem divergências e conflitos entre as diferentes classes sociais. [...] O programa de realizações levado a efeito, em matéria de trabalho e previdência, deve constituir, para nós, motivo de justo orgulho, pelos resultados já obtidos na sua execução. Nesse programa, não se limitou o Estado Novo a desenvolver a política de proteção social, em boa hora iniciada em 1930. Ampliando as diretrizes anteriores, promove, deliberadamente, a valorização do trabalhador nacional, preocupando-se não somente com as questões jurídicas inerentes ao contrato de trabalho, mas, sobretudo, com os aspectos sociais e políticos do problema. (Vargas, 194?, p. 228-229)

Esses aspectos explicitam a ligação do governo do período com os interesses da acumulação industrial. Ficam mais evidentes em relação aos trabalhadores que se dirigiam aos centros urbanos, já que estes poderiam ser introduzidos em uma forma de estrutura sindical, colaboracionista e diferente das anteriores, que aplicavam o princípio das lutas de classes e eram consideradas nocivas à unidade e ao organismo nacional. Seriam fundamentais para que a organização operária pudesse ser controlada e deixasse de representar uma ameaça ao desenvolvimento de um capitalismo industrial nacional. Isso associado ao processo de formação de um mercado urbano de trabalho superabundante representaria a possibilidade de rebaixamento da taxa de salários, fator estimulante para a acumulação industrial.

Assim, aparecendo como construtor de um trabalhador nacional de novo tipo, o Estado criou terreno fértil para o surgimento de uma ideologia na qual o governo, e principalmente seu chefe, seriam os interlocutores diretos dos interesses dos trabalhadores com as classes proprietárias. A legislação trabalhista apareceria, portanto, como uma forma de se acenar aos interesses dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que

procurava controlá-los. Tal fato permitiu a emergência de uma nova forma de dominação baseada num forte personalismo, que se imbricou na dominação burocrática que se procurava imprimir aos assuntos de Estado, dando origem também ao que ficou conhecido como populismo. Assim, o populismo pode ser compreendido como uma forma de dominação constituída

no contexto do processo de desenvolvimento das relações de produção capitalistas [...] nos países latino-americanos e, ao mesmo tempo, como uma modalidade particular de organização e desenvolvimento das relações e contradições de classe na América Latina. (Ianni, 1989, p. 9)

Por outro lado, o trabalhador brasileiro, tanto o rural como o urbano, encontrava-se marcado por visões fortemente pejorativas e por fortes identidades negativas oriundas das seculares relações escravistas que haviam se desenvolvido no Brasil, e precisava ser educado. Como já foi dito, em afirmações do próprio Vargas, era “necessário inculcar-lhes hábitos de disciplina e economia”. Nesse sentido, os estrangeiros tinham com o que colaborar.

Do ponto de vista dos trabalhadores rurais, era necessário que, nas experiências colonizadoras, o trabalhador brasileiro absorvesse o conhecimento e a disciplina dos estrangeiros, por isso, ao relatar uma experiência colonizadora que ocorria no Sudoeste Paulista, o *Boletim do SIC* (Serviço de Imigração e Colonização) afirmava:

O NCBA (Núcleo Colonial Barão de Antonina) é uma mostra inteligente e persuasiva de assimilação. A personalidade do colono não se anula ao contacto com o brasileiro. Ao contrário, o que se desejou no, NCBA, é que precisamente o colono estrangeiro não perca seus traços culturais, para que estes possam contribuir para melhorar o ambiente em que vive o nacional [...], o trabalhador brasileiro vivendo lado a lado de operários agrícolas estrangeiros, sabendo aproveitar e trabalhar melhor a terra, em pouco tempo é senhor de uma soma de conhecimentos agrícolas que o habilitarão a obter melhor compensação e rendimento de seu esforço. (A colonização oficial em São Paulo e o Núcleo Colonial Barão de Antonina, 1940, p. 16)

Assim, a colonização oficial poderia se tornar o elemento de formação

do trabalhador rural brasileiro, ordeiro e disciplinado, como dizia José Guimarães Duque:

O colono irrigante precisa ser moldado, trabalhado, formado nas minúcias de qualidades morais e nos conhecimentos técnicos para a nova vida. O posto deve ser a verdadeira escola profissional agrícola, o quartel da disciplina do trabalho e a igreja da formação espiritual capaz de transformar o elemento inútil – flagelado – em célula produtiva – colono irrigante. (Duque, 1939)

As escolas profissionais, a ideologia do trabalho, o combate à malandragem e a introdução da carteira de trabalho seriam a versão urbana da formação desse novo trabalhador brasileiro.

1.4 A construção de um mercado nacional de trabalho

Tudo leva a crer que a opção pelo trabalhador brasileiro estivesse ligada à necessidade de se formar um mercado de trabalho verdadeiramente nacional não só possibilitando a circulação, mas também ampliando a oferta de trabalhadores nacionais para as regiões mais dinâmicas da economia. Trabalhadores que se dirigissem às áreas urbanas que passavam por acelerado processo de industrialização e que substituíssem outros de algumas regiões do interior paulista que estavam se transferindo para os centros urbanos e para algumas frentes pioneiras com as do norte do Paraná.

Os deslocamentos populacionais, tanto no rumo da capital paulista quanto da frente pioneira do norte do Paraná, contaram com importante participação de trabalhadores anteriormente estabelecidos no interior do estado de São Paulo, principalmente os do antigo Oeste (região situada no eixo Campinas-Ribeirão Preto).

Essas novas características dos movimentos migratórios indicavam a construção de uma nova relação de complementaridade entre as diferentes regiões do país, a partir de uma combinação de seus diferentes graus e ritmos de desenvolvimento. As regiões mais dinâmicas da economia brasileira, estimuladas pela industrialização, ou pela nova marcha do café, passaram a atrair, com maior intensidade, contingentes populacionais de outras regiões do país, estagnadas ou menos dinâmicas (Mota, 1981).

Tal situação não deixou de ser uma novidade, já que no modelo anterior os movimentos migratórios para as regiões dinâmicas da economia brasileira basearam-se, em sua maioria, na atração de imigrantes originários de países que passavam por processos rápidos de desenvolvimento. Este foi o caso de países como a Itália e o Japão, cujos imigrantes aqui chegaram em grande número, respectivamente, em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Isso demonstra que o mercado mundial de trabalho se formou mais rapidamente que o mercado de trabalho no Brasil. A escassez de força de trabalho nas áreas dinâmicas no processo de formação do capitalismo primário-exportador brasileiro pôde ser suprida com o excedente populacional estrangeiro.

Isso não se deveu à escassez populacional no Brasil, mas, sobretudo, ao fato de que a liberação da força de trabalho brasileira necessitaria de gastos e, até mesmo de esforços, muito maiores do que aquele necessário para o uso da força de trabalho disponível em outros países. A força de trabalho nacional não se encontrava totalmente liberada, pois, além do fato do processo de abolição ter sido longo, lento e descontínuo, os homens livres pobres não se encontravam totalmente disponíveis no mercado. Permaneciam vinculados à produção de subsistência ou atrelados aos grandes latifundiários (Szmrecsanyi, 1998, p. 41-45).

Dessa maneira, a sua arregimentação só poderia ser feita com o concurso dos grandes proprietários de terras das regiões estagnadas, o que, obviamente, não lhes era interessante, pois enfraqueceria os seus poderes políticos e sociais locais, ou por meio de problemas naturais, como a ocorrência de secas⁹. Além disso, outro fator que obstava a utilização dos trabalhadores nacionais na formação do mercado de trabalho era a sua dispersão espacial, que dificultava a sua arregimentação. Devemos lembrar as dificuldades de comunicação e as distâncias existentes entre as regiões do país.

Essa situação começou a se modificar no período precedente, durante a década de 1920. A maior penetração da economia paulista em outras regiões do país acelerou o processo de desestruturação de outros complexos econômicos, tornando mais elástica a oferta de força de trabalho nacional. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento mais acelerado da eco-

⁹ As secas do início da década de 1870 explicam a vinda de um razoável número de imigrantes cearenses para a cafeicultura em São Paulo, no mesmo período.

nomia paulista teve como resultado o maior incremento de seu sistema de transporte, se comparado ao de outras regiões do país. Assim, o desenvolvimento ferroviário vinculado à economia cafeeira, mesmo voltado à ligação de regiões produtoras com os portos, favoreceu o deslocamento de trabalhadores nacionais para São Paulo e para outras áreas que estavam se articulando ao seu desenvolvimento. De tal maneira que a utilização da ferrovia se revelou como uma importante alternativa de transporte de trabalhadores brasileiros no pós-1930 (Paiva, 2000, p. 88).

É importante lembrar que as ferrovias tiveram importância significativa na integração de mercados e no desenvolvimento de concorrências inter-regionais que acabaram favorecendo o complexo econômico paulista em detrimento de outros complexos regionais. Assim, quando nos referimos à integração do mercado a partir da década de 1930, não nos referimos apenas à sua face comercial, mas também ao mercado nacional de trabalho. Ou seja, a partir desse momento, esse mercado necessitaria ser cada vez mais integrado, para que a força de trabalho pudesse se reproduzir endogenamente, sem o necessário recurso a fontes externas e que esses trabalhadores estivessem disponíveis para serem utilizados nas áreas onde as novas atividades dinâmicas estivessem florescendo.

Algumas considerações finais

A análise empreendida acerca do nacionalismo como um dos elementos constituintes da política relativa aos deslocamentos populacionais revela que o primeiro governo Vargas, mesmo não representando diretamente os interesses industrialistas, procurou atuar de forma a favorecer o novo padrão de acumulação capitalista, que deslançou a partir da década de 1930.

A intenção em avançar na construção de uma nova estrutura capitalista, nucleada pela produção industrial voltada ao mercado interno, levou ao estabelecimento de uma institucionalidade que, ao mesmo tempo em que procurava impulsionar a industrialização, procurava também controlar e dirigir os movimentos da sociedade. A política relativa aos deslocamentos populacionais, ao ser um importante componente nesse processo, expressou, assim, concretamente os elementos nele presentes. A política relativa

aos deslocamentos populacionais obedeceu aos princípios da planificação e racionalização, expressou a nova visão de desenvolvimento, na qual havia o predomínio da cidade sobre o campo, e incorporou a preocupação estatal com o controle do território e da sociedade nacionais.

A disponibilidade do mercado para a produção industrial brasileira impunha a necessidade de manter a integridade territorial do país. Acreditava-se que essa integridade corria sérios riscos devido à desnacionalização de partes expressivas do território nacional por meio da fixação de colônias homogêneas de estrangeiros, pela existência de vastos territórios desconectados da atividade econômica e pelo caráter autárquico e localista do latifúndio exportador. A política relativa aos deslocamentos populacionais esteve baseada, por isso, desde os seus primeiros momentos de elaboração, na preocupação em manter a integridade territorial do país por meio do povoamento nacional e da incorporação produtiva das áreas ditas vazias, utilizando-se para tal das pequenas propriedades de caráter familiar.

Essas pequenas propriedades teriam ainda o mérito de permitir a produção de matérias-primas e gêneros alimentícios para os centros urbanos em expansão e, simultaneamente, ampliar o consumo de mercadorias urbanas. Tal situação seria alcançada com a conversão dos pequenos proprietários para uma economia de mercado. À pequena propriedade e ao processo de povoamento e de colonização do interior brasileiro foram atribuídos, portanto, importantes funções: serviriam para favorecer a padronização das relações sociais brasileiras, por meio da construção de um novo trabalhador do campo e, simultaneamente, para iniciar um combate ao caráter autárquico do latifúndio localista e exportador.

Ao se voltarem, também, à tarefa de integração e ampliação do mercado interno brasileiro, as políticas relativas aos deslocamentos populacionais visavam também formar um mercado de trabalho de dimensões verdadeiramente nacionais, tanto no campo quanto nas cidades, no qual a força de trabalho pudesse ser recrutada internamente. Dessa maneira, as regiões dinâmicas da economia nacional não teriam necessidade do recurso a trabalhadores estrangeiros, que, por serem muitas vezes considerados como portadores de ideologias internacionalistas ou, então, como representantes de interesses de firmas e governos estrangeiros, eram considerados também como ameaças potenciais à harmonia social, à integridade territorial e ao desenvolvimento brasileiro.

Referências bibliográficas

Textos da época

- A COLONIZAÇÃO oficial em São Paulo e o Núcleo Colonial Barão de Antonina. *Boletim do SIC*. São Paulo, p. 16, out. 1940.
- AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- DUQUE, José Guimarães. O fomento da produção agrícola. *Boletim do IFOCS*, v. II, n. 2, 1939.
- OLIVEIRA, Beneval. As populações brasileiras e seus movimentos. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa e Propaganda, ano 3, n. 28, jun. 1943.
- RICARDO, Cassiano. Estado Novo e seu sentido bandeirante. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa e Propaganda, ano 1, n. 1, mar. 1941.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970 (1940).
- SIMONSEN, Roberto. *A indústria em face da economia nacional*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1937.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Fronteira. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa e Propaganda, ano 1, n. 2, abr. 1941.
- VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. V. I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938a.
- VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. V.V. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938b.
- VARGAS, Getúlio. *Diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1942.
- VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005 (1920).

Bibliografia consultada

- BANDEIRA, Moniz. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- BESCOW, Gabriela Carames. A construção do homem rural: intelectualidade e diagnósticos sobre a nacionalidade brasileira. 1ª ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4 a 7 de julho de 2006, Niterói, Universidade Federal Fluminense, p. 10. Disponível em <www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/6/Gabriela_Beskow.pdf> Acesso em 15/1/2012.
- COSTA, Julio Cesar Zorzenon. A integridade territorial, o mercado interno, a industrialização e os debates acerca de uma política de deslocamentos populacionais no Estado Novo. *ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH*, jul. 2011, São Paulo.
- COSTA, Julio Cesar Zorzenon. A problemática da colonização na década de 1930 e a construção de uma política colonizadora no primeiro governo Vargas. In: DALLA

- COSTA, Armando João; GELINSKI JUNIOR, Eduardo; CAVALIERI, Marco Antonio Ribas (org.). *História econômica do Brasil República*. Curitiba: CRV, 2012, p. 131-158.
- DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FONSECA, Pedro César Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- IANNI, Constantino. *Homens sem paz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. São Paulo: Ática, 1989.
- LENHARO, Alcir. *A conquista do corpo geográfico do país*. Campinas: UNICAMP, 1986, mimeo.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MOTA, Antonio Carlos Casulari Roxo da. Análise de fatores determinantes das migrações em São Paulo. *Informe Demográfico*. São Paulo, Fundação SEADE, n. 6, 1981.
- NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. *A ordem nacionalista brasileira*. São Paulo: Humanistas/FFLCH-USP, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1981.
- PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos cruzados: a migração para São Paulo e os dilemas da construção do Brasil moderno nos anos 1930/50*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000 (Tese de Doutorado).
- PAIVA, Odair da Cruz. *Brasileiros na Hospedaria de Imigrantes: a migração para o estado de São Paulo (1888-1993)*. São Paulo: Memorial dos Imigrantes, 2001.
- SCHWARTZMANN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/EDUSP, 1984.
- SILVA, José Graziano. *A modernização dolorosa – estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SZMRECSANYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.